STJ00115055

L. G. **MARINONI**
SÉRGIO CRUZ **ARENHART**
DANIEL **MITIDIERO**

Manual do PROCESSO CIVIL

6ª edição
revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™
1912 • 2022 110 anos

STJ00115055

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
Juliana Mayumi Ono

Gerente de Conteúdo
Milisa Cristine Romera

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial
Gerente de Conteúdo
Andréia R. Schneider Nunes Carvalhaes

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Carina Baptista, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print
Camilla Furegato da Silva

Equipe de Conteúdo Digital
Coordenação
Marcello Antonio Mastrorosa Pedro

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica
Mauricio Alves Monte

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marinoni, Luiz Guilherme

Manual do Processo Civil / Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero. -- 6. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-918-9

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Arenhart, Sérgio Cruz. II. Mitidiero, Daniel. III. Título.

22-114189 CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito processual civil 347.9(81)
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

STJ00115055

Sumário

Sobre os Autores 5

Apresentação à 6ª Edição 7

Parte I
Noções gerais

1. Direito e processo 19
   1.1. Direito material e direito processual 19
   1.2. Posições jurídicas 20
   1.3. Crises efetivas e ameaças de crises na realização do direito material: a negativa de vinculação à ordem jurídica e os desacordos interpretativos ... 22
   1.4. Formas de solução dessas crises: do processo estatal à justiça multiportas, do processo individual ao processo coletivo e à coletivização 23
2. Fontes do processo civil 24
   2.1. Dos dispositivos às normas, das normas ao sistema 25
   2.2. Da Constituição às leis e às decisões judiciais, dos precedentes à jurisprudência 26
3. Processo civil e suas relações com o direito e com outros ramos do conhecimento humano 28
   3.1. O isolamento do processo civil: do isolamento jurídico ao isolamento científico 28
   3.2. A abertura para o direito material e para a realidade social 29
   3.3. O reconhecimento de sua dimensão constitucional e convencional 29
   3.4. A abertura para a teoria do direito e para a filosofia do direito 30
   3.5. Para além das fronteiras do direito: da epistemologia à filosofia, da economia à psicologia, da informática à inteligência artificial 31

Parte II

Do processo civil clássico ao novo processo civil: o compromisso com os direitos fundamentais e com a tutela dos direitos

1. O Código Buzaid 35
2. Ideologia e processo civil 37
3. A distorção da fisionomia da ação cautelar inominada em nome da efetiva tutela dos direitos 40
4. Os momentos teóricos que propiciaram a transformação do processo civil 42
   4.1. Tutela antecipatória: a dissociação entre tutela do direito e coisa julgada e a quebra da regra da *nulla executio sine titulo* 42
   4.2. A técnica antecipatória e a distribuição do ônus do tempo do processo ... 44
   4.3. O desenvolvimento da teoria da tutela contra o ilícito (tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito): a distinção entre ato contrário ao direito e dano e o delineamento do processo civil de natureza preventiva 46
   4.4. A tutela específica do direito material e a sua correlação com a técnica processual adequada. As tutelas dos direitos, a legitimidade do uso da técnica processual, a quebra do princípio da tipicidade dos meios de execução e a unificação entre conhecimento e execução 48
   4.5. Das "tutelas jurisdicionais diferenciadas" à "construção da ação adequada ao caso concreto" 50
   4.6. O "critério da adequada proteção dos direitos fundamentais processuais" como meio para a análise crítica do tecido normativo 53
   4.7. Os precedentes obrigatórios 54
   4.8. A teoria da tutela dos direitos 57
   4.9. Do processo individual à tutela coletiva 62
   4.10. O processo estrutural e a tentativa de atingir as raízes dos conflitos complexos 65
   4.11. O processo civil do Estado Constitucional 67

Parte III

Os institutos e as normas fundamentais do processo civil no Estado constitucional

Capítulo 1 • Jurisdição 73
1.1. A jurisdição nas teorias clássicas 73
1.2. A ideia de pacificação social 75
1.3. O constitucionalismo, a evolução da teoria da interpretação e a dissociação entre texto e norma jurídica 75
1.4. Significado da norma jurídica editada pelo juiz 78
1.5. A justificativa da norma "judicial" 80

STJ00115055

1.6. Legitimidade da norma "judicial", em especial da que afirma direitos fundamentais ... 83
1.7. Da emissão da norma do caso concreto à tutela do direito ... 86
1.8. Jurisdição ordinária e jurisdição das Cortes Supremas ... 89
1.9. Justificativa de uma jurisdição de precedentes ... 95
1.10. O problema da jurisdição exercida mediante duplo grau obrigatório. A necessidade de juízos únicos ... 98
1.11. A necessidade de se pensar a atividade jurisdicional em sua dimensão pamprocessual ... 100
1.12. Tentativas de limitação do papel interpretativo da jurisdição ... 102
1.13. Competência ... 102
1.14. Determinação e modificação da competência ... 104

Capítulo 2 • Ação ... 109
2.1. A ação na história das doutrinas ... 109
2.2. A ação no Código de 2015 ... 113
2.3. Direito fundamental de ação ... 115
2.3.1. Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva ... 115
2.3.2. O conteúdo do direito fundamental de ação ... 117
2.3.3. A ação em perspectiva dinâmica ... 120
2.3.4. Direito fundamental de ação como direito às técnicas processuais idôneas ao alcance das tutelas prometidas pelo direito substancial ... 122
2.4. O direito fundamental de ação mediante a concretização de cláusulas abertas: o direito à construção da ação adequada ao caso concreto ... 124
2.4.1. A ação diante do escopo de tutela dos direitos ... 124
2.4.2. As tutelas jurisdicionais dos direitos ... 125
2.4.3. A influência da tutela do direito sobre a ação ... 132
2.4.4. Direito à participação, limitação da alegação e tutela do direito ... 134
2.4.5. Técnica processual, realidade social e tutela dos direitos ... 137
2.4.6. O direito à construção da ação adequada ao caso concreto ... 139
2.4.7. Legitimidade da construção da ação segundo a tutela jurisdicional do direito ... 140

Capítulo 3 • Defesa ... 143
3.1. Defesa e jurisdição ... 143
3.2. Defesa, tutela do direito e acesso à Justiça ... 143
3.3. Defesa como direito de influir sobre o convencimento do juiz ... 144
3.4. Direito às técnicas processuais idôneas à defesa efetiva ... 144
3.5. Restrição às alegações de defesa ... 144
3.6. Defesa e procedimentos que limitam a produção da prova ... 146
3.7. Defesa e restrição do duplo juízo sobre o mérito ... 146

STJ00115055

3.8. Defesa e princípio da concentração do poder executivo do juiz 148
3.9. Defesa *versus* ação diante do legislador e no caso concreto 149

Capítulo 4 • Processo 151
4.1. Da ideia de contrato à relação jurídica processual 151
4.2. A crise da relação jurídica processual 152
4.3. Processo e procedimento 153
4.4. O processo no Estado Constitucional 156
4.5. Os ditos pressupostos processuais de constituição e de validade do processo 157
4.6. Os pressupostos processuais em Bülow e Chiovenda 157
4.7. Os ditos pressupostos processuais não podem ser vistos como requisitos para a existência do processo e para o julgamento do mérito 158

Capítulo 5 • As Normas Fundamentais do Processo Civil 161
5.1. Normas fundamentais 161
5.2. Direito à tutela adequada, efetiva e tempestiva 162
5.3. Dever de boa-fé 167
5.4. Colaboração no processo civil 168
5.5. Direito à igualdade e à paridade de armas 171
5.6. Direito ao contraditório 173
5.7. Dever de fundamentação analítica e direito à publicidade do processo 179

Capítulo 6 • Partes e Participação no Processo 181
6.1. Parte no processo civil 181
6.2. Litisconsórcio 182
6.2.1. Litisconsórcio necessário e facultativo 184
6.2.2. Litisconsórcio unitário e simples 184
6.2.3. Regime jurídico do litisconsórcio 185
6.3. Intervenção de terceiros 185
6.3.1. Assistência 186
6.3.2. Denunciação da lide 187
6.3.3. Chamamento ao processo 189
6.3.4. *Amicus curiae* 189
6.3.5. Desconsideração de personalidade jurídica 191

Parte IV

A tutela dos direitos no Código de 2015. A unificação das atividades de conhecimento e de execução

Capítulo 1 • Técnica Processual e Tutela dos Direitos 195

Capítulo 2 • Procedimento Comum 201

STJ00115055

Capítulo 3 • Fase Postulatória 207
3.1. Petição inicial 207
3.1.1. Requisitos 208
3.1.2. Emenda 220
3.1.3. Indeferimento 221
3.1.4. Improcedência liminar 222
3.1.5. Deferimento 224
3.2. Audiência de conciliação ou de mediação 224
3.3. Atitudes do réu 226
3.3.1. Contestação 227
3.3.2. Reconvenção 231
3.3.3. Revelia 234
3.4. Tutela antecipada, tutela cautelar e tutela da evidência 239

Capítulo 4 • Fase Organizatória 259
4.1. Organização do processo 259
4.2. Julgamento conforme o estado do processo 263

Capítulo 5 • Fase Instrutória 267
5.1. Prova 267
5.1.1. Objeto da prova 268
5.1.2. Direito à prova, dever de prova e regras de privilégio 269
5.1.3. Ônus da prova 271
5.1.4. Fatos afirmados que não dependem de prova 275
5.1.5. Poder probatório do juiz 277
5.1.6. Prova emprestada 278
5.1.7. Fases do procedimento probatório 280
5.1.8. A prova indiciária 282
5.1.9. A prova e a ação inibitória 283
5.1.10. A obtenção antecipada de prova 284
5.2. Provas em espécie 288
5.2.1. Prova oral 288
5.2.1.1. Depoimento pessoal 288
5.2.1.2. Confissão 291
5.2.1.3. Prova testemunhal 296
5.2.2. Prova documental 301
5.2.2.1. Definição 301
5.2.2.2. Incidente de arguição de falsidade documental 310
5.2.2.3. Exibição de documento ou coisa 312

STJ00115055

5.2.3. Ata notarial 314
5.2.4. Prova pericial 315
5.2.5. Inspeção judicial 320
5.2.6. Elementos para a compreensão da prova estatística 321
5.3. Audiência de instrução e julgamento 322

Capítulo 6 • Fase Decisória 325
6.1. Sentença 325
6.1.1. Conceito e função 325
6.1.2. Sentença, decisão e justificação 329
6.1.3. Elementos essenciais 331
6.1.4. Congruência, pertinência e preclusão 337
6.1.5. Classificação 341
6.2. Técnica processual e tutela dos direitos 353
6.2.1. Tutela específica 357
6.2.2. Tutela inibitória, tutela de remoção do ilícito e tutela reparatória 359

Capítulo 7 • Fase de Cumprimento 377
7.1. Efetivação das decisões judiciais mediante cumprimento de sentença. As sentenças que dependem de cumprimento e a atividade de execução 377
7.1.1. Cumprimento de sentença, execução e sentença condenatória 377
7.1.2. A regra da *nulla executio sine titulo* 377
7.1.3. Tipicidade e atipicidade das técnicas executivas 379
7.2. Princípios fundamentais da execução 384
7.3. Formas de execução e de cumprimento de títulos judiciais 391
7.3.1. Execução direta e execução indireta 392
7.3.2. Execução frutífera e execução infrutífera 393
7.3.3. Cumprimento fundado em título definitivo e cumprimento fundado em título provisório 393
7.3.4. Execução mediante o constrangimento da vontade do devedor 395
7.3.5. Execução independentemente da vontade do devedor 405
7.4. Títulos executivos judiciais 411
7.4.1. Requisitos da obrigação a executar 416
7.5. Liquidação da obrigação 418
7.6. Procedimento de cumprimento de sentença 424
7.6.1. Partes e terceiros 425
7.6.2. Competência 427
7.6.3. Os efeitos do início do cumprimento 427
7.7. Cumprimento de sentença que impõe um fazer ou não fazer 428
7.8. Cumprimento de sentença que impõe obrigação de prestar declaração de vontade ... 435

7.9. Cumprimento de sentença que impõe a entrega de coisa 436
7.10. Cumprimento de sentença que impõe pagamento de quantia certa 439
7.11. Suspensão e extinção do cumprimento de sentença 475
7.12. Execuções especiais 478
7.12.1. Cumprimento de sentença que impõe prestação alimentícia 478
7.12.2. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública 481
7.12.3. Ação de execução fundada em título executivo extrajudicial 484
7.12.3.1. Ação de execução 484
7.12.3.2. Ação de execução visando à realização de prestação de pagar quantia 488
7.12.3.3. Ação de execução visando à realização de prestações de fazer, não fazer e entrega de coisa 492
7.12.3.4. Ação de execução visando à realização de prestação alimentícia 497
7.12.3.5. Ação de execução contra a Fazenda Pública 499
7.12.3.6. A defesa no processo de execução. Os embargos do executado 500

Capítulo 8 • Fase Recursal 509
8.1. Recursos 509
8.1.1. Conceito 509
8.1.2. Classificação 511
8.1.3. Normas fundamentais 513
8.1.4. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito 519
8.1.5. Efeitos 524
8.2. Recursos em espécie 529
8.2.1. Apelação 529
8.2.2. Agravo de instrumento 534
8.2.3. Agravo interno 537
8.2.4. Embargos de declaração 539
8.2.5. Recurso ordinário 542
8.2.6. Recurso extraordinário e recurso especial 543
8.2.7. Agravo em recurso extraordinário e em recurso especial 555
8.2.8. Embargos de divergência 557

Capítulo 9 • Processo nos Tribunais 561
9.1. Precedentes 561
9.2. Ordem dos processos nos tribunais 571
9.3. Incidentes recursais 575